

---

---

**Estratégia de Monitoramento e  
Avaliação de processos de  
Educação Ambiental em Unidades  
de Conservação Federais**

---

---

**Brasília, Brasil  
Abril de 2017**

## Edição

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Interino: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministro: José Sarney Filho

Secretário Executivo: Marcelo Cruz

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente: Ricardo Soavinski

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL EM UC

Diretor: Cláudio Carrera Maretti

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Coordenador Geral: Paulo Roberto Russo

DIVISÃO DE GESTÃO PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Chefe de Divisão: Camilla Helena da Silva

## Ficha Catalográfica

xxx	Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais
	ISBN xxxx
	Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Diretrizes Institucionais e Orientações Metodológicas, Estratégia de Monitoramento e Avaliação, Gestão da Biodiversidade e das Unidades de Conservação, Desenvolvimento Socioambiental, Participação na Gestão Pública de Unidades de Conservação

Esta publicação foi elaborada pela Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (COEDU/CGSAM/DISAT/ICMBio), com apoio do Setor de Projetos Especiais do ICMBio, por meio do Projeto para Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil (PROJETO PNUD BRA/07/G32) e do Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental (PROJETO PNUD BRA/08/023), WWF-Brasil, e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Instituto IEPÉ).

## **Participantes e colaboradores do Projeto**

Adriana Risuenho Leão – Setor de Projetos Especiais/ICMBio (Projeto PNUD BRA/08/023 e PROJETO PNUD BRA/07/G32)

Alberto Costa de Paula – COMOB/ICMBio

Alessandra Fontana – PARNA Sempre Vivas/ICMBio (atualmente, PARNA de Jericoacoara/ICMBio)

Alex Barroso Bernal – Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Ana Claudina Soares Lopes – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Bruno Soares Lintomen – RESEX Arraial do Cabo

Camilla Helena da Silva – DGPAR/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Célia da Silva Pereira – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Célia Regina das Neves Favacho – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM

Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06/ICMBio

Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio

Cristiane Ramscheid Figueiredo – DGPAR/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Dione Torquato – Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS

Divina Nazaré Areba Lemes – Desenvolverh Assessoria em Recursos Humanos Ltda

Elizabeth Eriko Uema – DILIC/IBAMA

Enise Maria Bezerra Ito – APA Baleia Franca/ICMBio

Fabiana Prado – Instituto de Pesquisas Ecológicas – Instituto IPÊ

Fátima Aparecida Fabiano – Desenvolverh Assessoria em Recursos Humanos Ltda

Henrique Saule – Departamento de Extrativismo - DEX/MMA

Huéfeson Falcão dos Santos – FLONA de Tefé/ICMBio

Iaiá Floresta (Iaci Szajnweld de Menezes) – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Jerônimo Carvalho Martins – PARNA de Jericoacoara/ICMBio

José Batista Pessoa – Setor de Projetos Especiais/ICMBio (Projeto PNUD BRA/08/023)

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Laci Santin – RESEX Pirajubaé/ICMBio

Lídia Maria Cardoso dos Santos – CGSAM/ICMBio

Lílian de Carvalho Lindoso – COPCT/ICMBio

Luciana Lazzari Ribas Cardoso – CNPT/ICMBio

Madson da Silva Conceição – RESEX Marinha de Soure/ICMBio

Maria Lúcia Silva – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Marcelo Meirelles Cavallini – COGCOT/ICMBio

Márcio Ricardo Ferla – PARNA dos Campos Gerais/ICMBio

Marcus Machado Gomes – PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio

Mariele Borro Mucciato Xavier – PARNA do Iguazu/ICMBio

Maryanne Saisse – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA

Michelle Maria Viana Bem – COGCOT/ICMBio

Nicélio Silva – PrevFogo/IBAMA

Patrícia Fernandes Barbosa – Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio

Renata Rocha Pereira – COEDU e DGPAR (atualmente, DGPEA)

Renata Rozendo Maranhão – Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Roberto Zanin – Coordenação de Educação Ambiental (atualmente, DGPEA)

Rogério Eliseu Egewarth – Coordenação de Educação Ambiental (atualmente, DGPEA)

Sérgio Fernandes Freitas – RESEX Baía do Iguape

Simão Marrul – APA Baleia Franca

Tathiana Chaves de Souza – COMOB/ICMBio

Vera Christiana Pastorino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Walciclea Purificação da Silva Cruz – REBIO do Tapirapé

Waldemar Londres Vergara – RESEX São João da Ponta

Walter Steenbock – CEPsul/ICMBio

## **Moderação, organização, redação e consolidação dos textos**

Nahyda Franca Von Der Weid – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

### **Colaboração na Redação de Textos**

Alessandra Fontana – PARNA Sempre Vivas/ICMBio (atualmente, PARNA de Jericoacoara/ICMBio)

Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06

Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio

Enise Maria Bezerra Ito – APA Baleia Franca/ICMBio

Jerônimo Carvalho Martins – PARNA de Jericoacoara/ICMBio

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Laci Santin – RESEX Pirajubaé/ICMBio

Márcio Ricardo Ferla – PARNA dos Campos Gerais/ICMBio

Marcus Machado Gomes – PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio

Mariele Borro Mucciatto Xavier – PARNA do Iguaçu/ICMBio

Maryanne Saisse – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA

Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio

Sérgio Fernandes Freitas – RESEX Baía do Iguape

Simão Marrul – APA Baleia Franca

Walciclea Purificação da Silva Cruz – REBIO do Tapirapé

### **Revisão Técnica**

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

### **Edição de Texto**

#### **Revisão de Texto**

Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06

Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio

### **Projeto Gráfico**

### **Impressão Gráfica**

### **Ilustrações**

### **Edição Gráfica**

### **Fotos**

## **Unidades descentralizadas do ICMBio e Entidades que colaboraram neste trabalho/projeto:**

APA Baleia Franca/ICMBio

CEPSUL/ICMBio

CEPTA/ICMBio

CGSAM/ICMBio

CNPT/ICMBio

COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

COGCOT/ICMBio

Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM

COMOB/ICMBio

Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS

Coordenação Regional 06/ICMBio

COPCT/ICMBio

DGPAR/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Departamento de Extrativismo - DEX/MMA

Desenvolverh Assessoria em Recursos Humanos Ltda

DILIC/IBAMA

FLONA de Tefé/ICMBio

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

Instituto de Pesquisas Ecológicas – Instituto IPÊ

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA

PARNA de Jericoacoara/ICMBio

PARNA do Iguaçu/ICMBio

PARNA dos Campos Gerais/ICMBio

PARNA Sempre Vivas/ICMBio

PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio

PrevFogo/IBAMA

REBIO do Tapirapé

RESEX Arraial do Cabo

RESEX Baía do Iguape

RESEX Marinha de Soure/ICMBio

RESEX Pirajubaé/ICMBio

RESEX São João da Ponta

Setor de Projetos Especiais/ICMBio

# **Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais**

## **SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO** -----

**INTRODUÇÃO** -----

**ESTRATÉGIA METODOLÓGICA** -----

**DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO** -----

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** -----

## APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), a demanda por elaboração de diretrizes e orientações metodológicas como forma de fornecer apoio técnico e institucional para as ações e processos estruturados de educação ambiental voltados para o interior e entorno de unidades de conservação tem sido recorrente e alvo de amplos esforços institucionais da instância de coordenação da educação ambiental do ICMBio (antes Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa – COEDU, agora Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental - DGPEA)<sup>1</sup>. Nesse sentido, foram promovidos processos coletivos de planejamento e de construção participativa de tais diretrizes que possam traduzir para os gestores e educadores o pensamento e a orientação institucional para o exercício integrado da educação ambiental no processo de gestão ambiental das UCs.

Neste sentido, quatro oficinas foram promovidas pela Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (COEDU) durante os anos de 2015 e 2016 para estruturar diretrizes e orientações metodológicas de simples entendimento e viabilidade tanto para educação ambiental como para o tema do monitoramento e avaliação das ações e processos estruturados<sup>2</sup> de Educação Ambiental no Instituto Chico Mendes. Essas oficinas de trabalho

---

<sup>1</sup>Até 22/02/2017, a instância responsável pela coordenação Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes era a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (COEDU). A partir desta data, a Educação Ambiental passou a ser coordenada pela Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA). O lócus de coordenação da Educação Ambiental do ICMBio tem passado por mudanças desde a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- 2007 a 2009: Criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mas não havia uma coordenação responsável pela Educação Ambiental.
- 2009: Criada a CEAC (coordenação responsável pela Gestão Participativa, Educação Ambiental e Capacitação, mas assumiu como agenda prioritária a criação dos conselhos gestores de unidades de conservação).
- 2010: Extinta a CEAC e Criada a COEDU (coordenação responsável pela Educação Ambiental e Capacitação Externa) e DGP ( Divisão responsável pela Gestão Participativa).
- Janeiro de 2017: Extinta a COEDU e Criada a DGPEA (divisão responsável pela Gestão Participativa, Educação Ambiental, Capacitação Externa e Programa de Voluntariado, por meio do DECRETO Nº 8.974, DE 24 DE JANEIRO DE 2017).

Sobre o histórico da Educação Ambiental em âmbito federal, ver:

- LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental. In Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013. Editora UFPR.
- SAISSE, M. V. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social . Rio de Janeiro: UFRJ, EICOS, 2011.
- QUINTAS, José Silva. A Dimensão Socioambiental na Gestão Ambiental Federal: Uma Contribuição para Repensar a Estrutura Regimental do IBAMA e do ICMBio. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/sobre\\_a\\_secundarizacao\\_da\\_dimensao\\_socioambiental\\_nas\\_estruturas\\_regimentais\\_do\\_ibama\\_e\\_icmbio.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/sobre_a_secundarizacao_da_dimensao_socioambiental_nas_estruturas_regimentais_do_ibama_e_icmbio.pdf) Acessado em 23/03/2017.

<sup>2</sup> São considerados **processos estruturados de Educação Ambiental** na gestão pública da biodiversidade os que têm os elementos do Ato Pedagógico descritos, claramente identificados. Para saber mais sobre o Ato Pedagógico, sugerimos a leitura dos seguintes materiais:

- QUINTAS, José Silva. Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: A construção do ato pedagógico. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/EDUCACAO\\_NO\\_PROCE\\_SSO\\_DE\\_GESTAO\\_AMBIENTAL\\_PUBLICA.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCE_SSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf)
- Caderno 2 da ENCEA: A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/caderno2.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno2.pdf)

envolveram educadores e gestores de unidades de conservação e da sede da instituição, assim como representantes do Ministério do Meio Ambiente e de outras instituições parceiras.

Dessa forma, foi iniciado em 2016 pela Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (COEDU) um processo de fortalecimento do diálogo com diferentes processos e macroprocessos do Instituto Chico Mendes, contribuindo para um maior entendimento sobre os espaços que a Educação Ambiental pode ocupar nas demais ações finalísticas. A construção tanto das *diretrizes Institucionais e orientações metodológicas sobre Educação Ambiental em unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação*, quanto da *orientação metodológica para monitoramento e avaliação de ações, projetos e programas estruturados de educação ambiental em unidades de conservação federais* é parte deste esforço institucional da Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes.

O principal ponto a ser destacado como resultado desse trabalho iniciado em 2016 foi que ele provocou reflexões sobre a prática de educação ambiental de educadores e gestores do Instituto Chico Mendes, construiu entendimentos, pactos e prioridades estratégicas que vão além das próprias diretrizes e da metodologia já despontadas e podem vir a se constituir em marcos de gestão da Educação Ambiental na instituição.

Espera-se que a estratégia construída de monitoramento e avaliação aqui apresentada colabore para dar maior visibilidade às contribuições da Educação Ambiental, tanto para a consolidação da participação na gestão pública da biodiversidade (incluindo-se aqui a gestão das unidades de conservação) quanto nos resultados da implementação dos processos e instrumentos de gestão, expressando assim a sua transversalidade na gestão das unidades de conservação.



## INTRODUÇÃO

### Educação Ambiental no ICMBio: da concepção à implementação

Como uma das finalidades do Instituto Chico Mendes, a Educação Ambiental deve considerar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - (Lei 9.795/99) e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA (estabelecida pela Recomendação CONAMA nº 14, de 26/04/2014). Seu objetivo maior é fortalecer as ações institucionais que promovam a participação social qualificada na gestão e a promoção da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioambiental.

O foco político-pedagógico da Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade está no fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam:

- Os instrumentos de gestão e conservação da biodiversidade;
- A participação efetiva na gestão pública da biodiversidade dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental;
- Os espaços democráticos de participação na gestão pública da biodiversidade.

Para isso, a Educação Ambiental implementada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade precisa promover e executar processos educativos voltados ao desenvolvimento de capacidades de intervenção cidadã qualificada nos processos de gestão dos bens ambientais públicos, em especial da biodiversidade e das unidades de conservação.

A concepção de Educação Ambiental adotada pelo Instituto Chico Mendes é crítica e emancipatória e tem seu locus no processo de gestão ambiental pública, tendo como **fundamentos teórico-metodológicos**:

- A **Educação** entendida como elemento de transformação social através da emancipação dos sujeitos e da compreensão crítica da realidade;
- Seu principal objetivo é promover a transformação das relações socioambientais atualmente estabelecidas, na busca por uma sociedade socialmente mais justa e ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade (LOUREIRO, 2002).
- A **Educação na Gestão Ambiental Pública** como promotora de condições efetivas de intervenção nos processos decisórios sobre os recursos naturais enquanto bens comuns, dos diferentes agentes sociais, prioritariamente os que se encontram na condição de expropriados e oprimidos, diminuindo as assimetrias características do modelo social vigente (QUINTAS; GUALDA, 1995).

E ainda, como **princípios**:

1. Diálogo entre saberes e fazeres;
2. Reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades;
3. A valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas;

#### 4. Reconhecimento da autonomia e alteridade do educando, buscando fortalecê-las.

Esses são fundamentos e princípios que devem orientar todo o processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Até janeiro de 2017, as ações de Educação Ambiental promovidas ou apoiadas pela sede do ICMBio eram avaliadas por meios de formulários online (de demanda e resultado da atividade) e relatórios dos projetos oriundos do Curso de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, atualmente Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes. No entanto, avaliou-se que era necessário avançar na metodologia para monitoramento e avaliação das ações e processos de Educação Ambiental implementados para maior qualificação das ações institucionais nesse contexto.

#### **Desafios da temática da avaliação**

Avaliação é um dos princípios básicos da Educação Ambiental, legitimado pelos principais documentos de referência nacionais. O artigo 4º da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) afirma em um dos seus princípios citados, a necessidade de se realizar a **permanente avaliação crítica do processo educativo**.

No entanto, é sabido que processos de monitoramento e avaliação são atualmente uma das principais lacunas do campo da Educação Ambiental.

No Instituto Chico Mendes, percebe-se tanto a necessidade recorrente de se nivelar entre os gestores, o entendimento sobre a finalidade da Educação Ambiental nas unidades de conservação e nos centros de pesquisa e conservação, quanto a necessidade de uma metodologia que possa qualificar ainda mais os resultados dos processos educativos implementados no Instituto Chico Mendes. É preciso dar maior visibilidade aos impactos gerados pela Educação Ambiental na gestão pública da biodiversidade, considerando nesse contexto a gestão das unidades de conservação.

Por outro lado, como mencionado por Pocho (2011), vale enfatizar, que qualquer forma de avaliação produz um julgamento de valor, ou seja, uma medida de aprovação ou desaprovação em relação a um programa, projeto ou ação pública ou não. Avaliação, portanto é um ATO POLÍTICO. Ou seja, é constituída de: visões de mundo, intencionalidades, intervenções planejadas, definição de prioridades e atendimento de interesses e necessidades. A análise de resultados deve estar baseada em certas premissas que irão influenciar tanto a escolha de indicadores quanto a análise empreendida. Não é uma abordagem puramente TÉCNICA, ou INSTRUMENTAL, pois pressupõe princípios, opções valorativas pessoais ou de um coletivo. Exige necessariamente instrumental de análise e avaliação bem fundamentado conceitual e metodologicamente.

Outro ponto a ser ressaltado é que a institucionalização da avaliação pode torná-la um instrumento poderoso de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas socioambientais. Para isso, é necessário alinhar os métodos escolhidos com a opção político estratégica da instituição ou órgão.

#### **O caminho de construção percorrido para se chegar à estratégia apresentada**

O esforço empreendido entre 2015 e março de 2017 pela Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa do Instituto Chico Mendes de construção coletiva de diretrizes e orientações básicas para o processo de monitoramento e avaliação foi de contribuir para estruturar a prática da educação na

gestão pública da biodiversidade sob a perspectiva crítica, emancipatória e transformadora.

Nesse sentido, a estratégia sugerida abraça o desafio de propor aos gestores, educadores e outros atores sociais envolvidos nesse processo de monitoramento e avaliação a incorporação de conceitos estruturantes da educação ambiental na gestão pública voltada para a conservação da biodiversidade tais como; participação social qualificada, sustentabilidade, justiça ambiental, territorialidades e identidades, sujeitos em condições de vulnerabilidade social.

A opção foi por apresentar elementos estruturantes para que essa estratégia se aprimore a partir do envolvimento e engajamento dos grupos sociais envolvidos com o processo de monitoramento e avaliação.

Além disso, optamos por sugerir caminhos para se chegar a indicadores que reflitam processos socioambientais que tenham um olhar integrado para as áreas protegidas promovendo a reflexão e a análise sobre os diferentes usos de recursos ambientais, potencialidades, problemas, e conflitos gerados em cada território e a diversidade de grupos organizados envolvidos nesta discussão. Entendemos que os indicadores formulados devem contribuir para medir a contribuição da educação ambiental para:

- Os debates regionais;
- A valorização de necessidades e características locais (de cada território abrangido pelas unidades de conservação ou trabalho pelos centros de pesquisa e conservação);
- A qualificação de processos decisórios da gestão pública da biodiversidade.

Estas orientações metodológicas que chegam a propor caminhos para a construção de indicadores de processos, resultados e impactos da educação ambiental na gestão pública da biodiversidade não devem, no entanto, paralisar a atuação autônoma e criativa dos atores sociais envolvidos na implementação e avaliação das ações educativas. Ao contrário, pretende-se que esta iniciativa incentive e inspire os grupos envolvidos a ir adiante, discutindo os propósitos da educação ambiental que praticam, construindo entendimentos e acordos em torno disto, adaptando e enriquecendo a estratégia metodológica de monitoramento e avaliação construída e apresentada nesta publicação.

## ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

*“Somos difusos e transversais, é necessário nos estruturar sob princípios básicos mínimos. Desvelar a Educação Ambiental, evidenciando onde estão os processos de EA na gestão das UCs”.*

(Fala de participante da oficina em 08 a 10/11/2016 em Brasília)

A estratégia metodológica de monitoramento e avaliação aqui apresentada evidentemente poderá, e é vivamente recomendado, ser ampliada, ajustada e complementada por aqueles que irão aplicá-la e que vivenciam os processos educativos nas diferenciadas unidades de conservação do país.

Considerando a complexidade dos processos de educação ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes, foi necessário delimitar o objeto e a abrangência da estratégia a ser construída e o objetivo macro da avaliação são eles:

### ▪ **Objeto da avaliação:**

- ✓ **Processos estruturados e ações de Educação Ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes.**

Estão incluídas no objeto da avaliação as ações de Educação Ambiental implementadas pelas unidades de conservação e centros de pesquisa e conservação sem nenhuma orientação da sede do Instituto Chico Mendes, aquelas que são induzidas pela sede (antes COEDU, hoje DGPEA) e os projetos elaborados no âmbito do *Curso de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade*, atualmente *Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental* do Instituto Chico Mendes.

### ▪ **Abrangência da avaliação**

A estratégia metodológica será capaz de orientar processos de:

- ✓ **Monitoramento** - orientando a tomada de decisão nas fases de planejamento e de implementação de processos e ações educativas presentes e futuras;
- ✓ **Avaliação** - contribuindo para sistematizar e disseminar impactos, resultados, conhecimentos e práticas inovadoras de educação ambiental na gestão de unidades de conservação quando as ações e processos educativos já se encerraram.

### ▪ **Objetivo Macro**

O Objetivo Macro foi estabelecido como o foco principal a ser perseguido pelas ações e processos educativos do Instituto Chico Mendes.

#### **Objetivo Macro (ou Geral) da Avaliação**

- **Monitorar e Avaliar a contribuição da Educação Ambiental ao fortalecimento da participação social na Gestão Pública da Biodiversidade**

Dessa forma, visa-se aferir a contribuição das ações educativas para consolidar a participação social nos processos de gestão ambiental das UCs, tendo a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória como instrumento transversal.

- **Dimensões de Análise**

A estrutura metodológica foi estabelecida de modo a avaliar as ações e processos educativos em relação a **cinco dimensões de análise** ou níveis de avaliação que contemplam as premissas priorizadas de educação ambiental: ***participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade***. Esses são os **FOCOS de atenção** escolhidos que inspiram as capacidades, competências e habilidades que se deseja consolidar a partir das ações / processos educativos de EA;

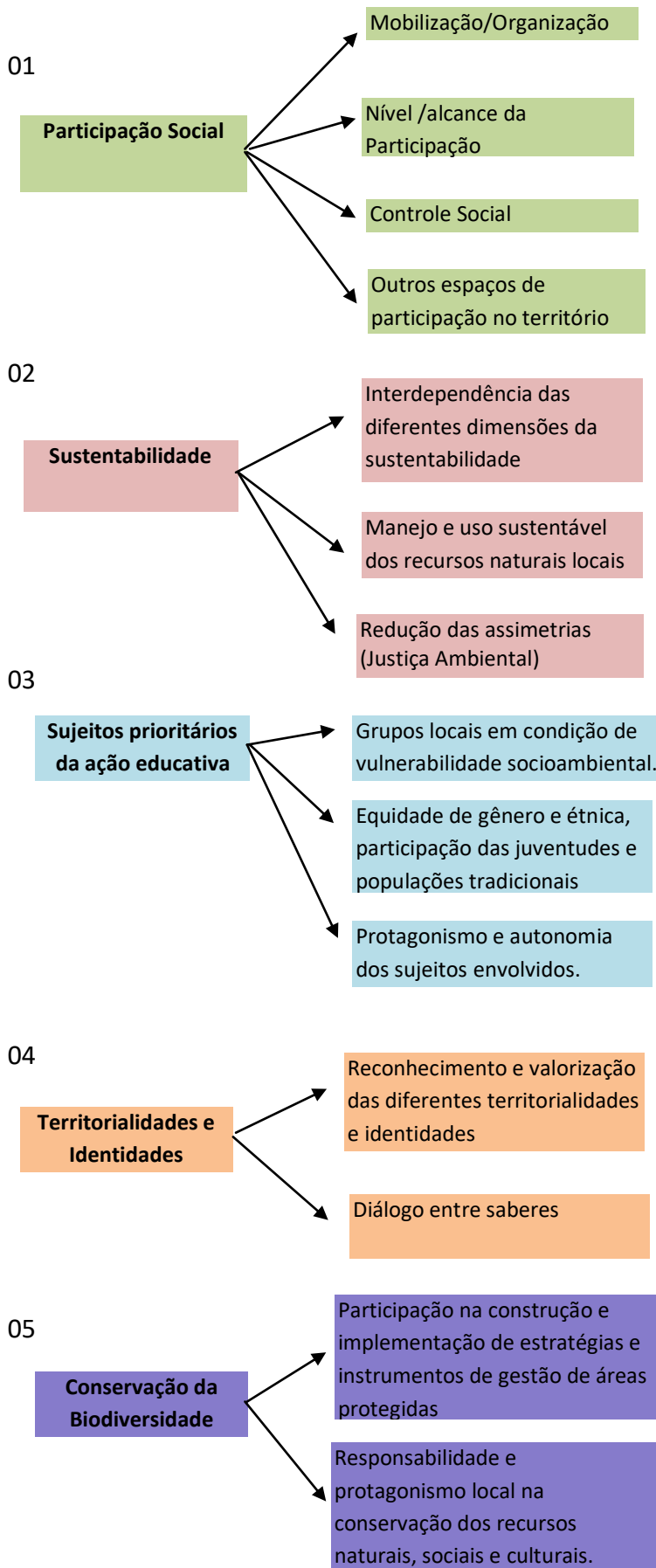
- **Objetivos específicos**

Os objetivos específicos para cada dimensão priorizada identificam a contribuição desejada em relação às cinco dimensões escolhidas. O que queremos avaliar nas ações / processos educativos implementados?

- **Subdimensões**

A cada uma das cinco dimensões correspondem algumas **subdimensões** que favorecem a construção do caminho proposto para se chegar aos indicadores. Elas podem ser visualizadas na Figura 1 a seguir.

Figura 1. Dimensões -----> Subdimensões



- **Caminho para se chegar ao indicador**

Foram estabelecidos ainda para cada dimensão / subdimensão de análise, **critérios de desempenho e indicadores** (a título de sugestão ou exemplo), seguindo uma estrutura lógica (ver Fig. 2 adiante).

O **critério**, como sugere Sinhá e Samuel (2007, In POCHO, 2011) pode ser compreendido como uma definição específica atrelada a uma medida de performance ou desempenho. E os **indicadores** indicam (como o próprio nome sugere) de forma mensurável, se os objetivos específicos foram ou não alcançados.

Um **aspecto muito importante** a ser destacado é que a etapa de construção do caminho para se chegar ao indicador **está apenas sugerida** e, portanto pode e deve ser complementada. A depender do contexto e realidade de cada UC, essa etapa precisa ser discutida e adaptada **incluindo a participação das partes interessadas na avaliação e monitoramento** das atividades de Educação Ambiental que estão em curso ou sendo planejada na UC. Deve-se propor uma ampla discussão sobre o que medir aos beneficiários da estrutura construída de monitoramento e avaliação que atinja todas as partes interessadas envolvidas no objeto da avaliação (POCHO, 2011).

Em relação à escolha de categorias avaliativas assumiu-se que tanto os métodos quantitativos (aqueles que se referem à quantificação da frequência de fatos e atividades observáveis da realidade social empírica), quanto os qualitativos (aqueles que expressam as descrições dos indivíduos sobre percepções, sentimentos, anseios e expectativas pessoais e grupais em relação a determinados aspectos da realidade como os fenômenos sociais, por exemplo) são propícios e complementares para avaliar programas / projetos sociais e políticas públicas. (POCHO, 2011, LOUREIRO, In MMA/DEA, 2013).

Portanto para o **objeto** desta avaliação - *Processos estruturados e ações educativas implementados pelo Instituto Chico Mendes com o objetivo macro* estabelecido de Monitorar e Avaliar a contribuição da Educação Ambiental ao fortalecimento da participação social na Gestão Pública da Biodiversidade, a opção foi por construir uma estratégia flexível que estabelece um caminho para se chegar **a indicadores quantitativos e/ou qualitativos** que possam se complementar e serem aplicados em momentos específicos ou concomitantes.

No âmbito desta estratégia o **padrão de desempenho ou pontuação dos indicadores** sugerido propõe um valor estabelecido para os indicadores definindo em uma escala, um nível mínimo (0 - zero) e máximo (2 - dois) do estado desejável em relação ao desempenho<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A escala indicada teve por base o estudo *Gestão integrada de áreas protegidas: uma análise da efetividade de mosaicos*, HERMAN, G. COSTA, C., 2015.

Onde:

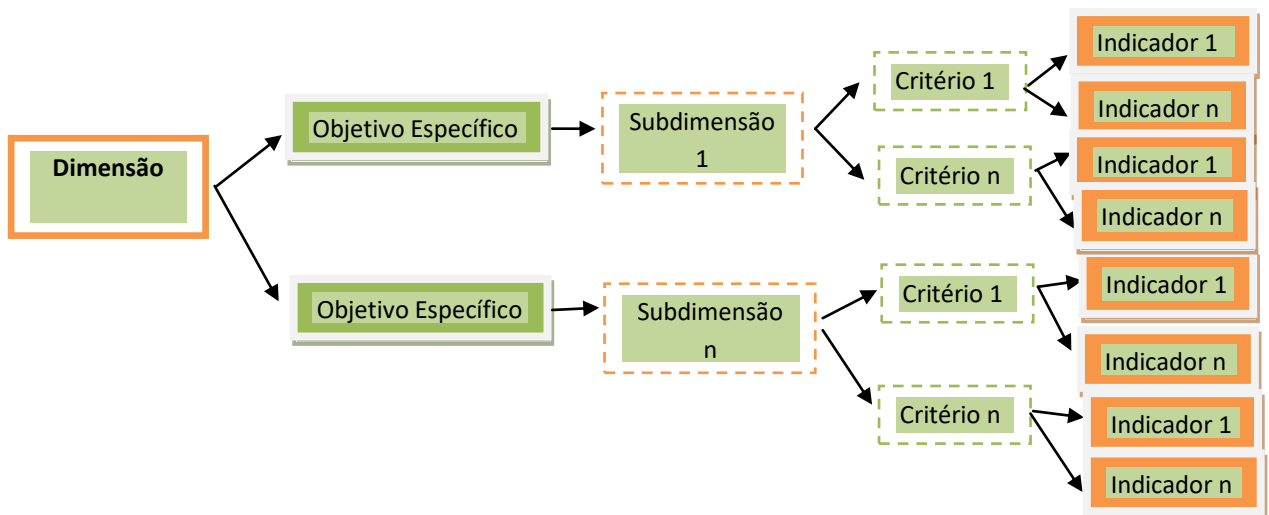
- ✓ 0 = não ocorre = 0 ponto
- ✓ 1 = ocorre pouco = 5 pontos
- ✓ 2 = ocorre muito = 10 pontos
- ✓ NS= não sei

Sugere-se a contabilização do número de ocorrências de determinado parâmetro para orientar a quantificação da seguinte forma:

- ✓ De 1 a 50% de ocorrência = ocorre pouco (5 pontos)
- ✓ De 50 a 100% de ocorrência = ocorre muito (10 pontos)

Este formato, no entanto é flexível e é desejável que possibilite variações de uso. Ele deve ser amadurecido e discutido com todos aqueles que aplicarão o sistema estabelecido. O fundamental é que seja descrito de modo que os usuários possam utilizá-lo de acordo com a sistemática priorizada.

**Figura 2. Estrutura metodológica proposta**



A estrutura metodológica proposta contemplou um total de 5 dimensões, 13 objetivos específicos, 14 subdimensões, 16 critérios e 25 indicadores (ver quadros A, 1 a 5 a seguir).



## Quadro A - Estrutura Metodológica de Monitoramento e Avaliação

Dimensão de Análise	Definição	Estrutura
<b>1- Participação Social</b>	<p>“A participação não pode ser sinônimo de colaboração hierarquizada, mas construção coletiva, exercício igualitário na definição das relações de poder e das responsabilidades diante da vida em sociedade (LOUREIRO, 2007)”. Para Arnstei (2002) participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro.</p>	<p>2 Objetivos específicos</p> <p>4 Sub-dimensões</p> <p>4 Critérios</p> <p>8 Sugestões de indicadores</p>
<b>2- Sustentabilidade</b>	<p>Considera-se sustentabilidade “a resposta às necessidades humanas com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro (SATTERTHWAITE, 2004)”. Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade, Sachs (1993) a divide em cinco classificações/dimensões que se interdependem: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política. (ver Box 1)</p>	<p>3 Objetivos específicos</p> <p>3 Sub-dimensões</p> <p>3 Critérios</p> <p>5 sugestões de indicadores</p>
<b>3- Sujeitos Prioritários da Ação Educativa</b>	<p>Os sujeitos da ação educativa devem ser prioritariamente, segmentos sociais que são afetados e onerados, de forma direta pelo ato de gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervirem no processo decisório (Quintas, 2002). A priorização é uma questão de reconhecimento da desigualdade social existente e de que é pela superação de tais condições antagônicas que se promoverá a possibilidade de uma sociedade mais justa e livre para todos e todas.</p>	<p>3 Objetivos específicos</p> <p>3 Sub-dimensões</p> <p>3 Critérios</p> <p>3 sugestões de indicadores</p>

<p><b>4- Territorialidades e Identidades</b></p>	<p>A noção de territorialidade é compreendida como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde, portanto, às relações sociais e às atividades diárias que os sujeitos – homens e mulheres – têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que se entende a identidade como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. “A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc”. Saquet (2003/2001)</p>	<p>3 Objetivos específicos 2 Sub-dimensões 3 Critérios 3 sugestões de indicadores</p>
<p><b>5- Conservação da Biodiversidade</b></p>	<p>A Conservação da Biodiversidade envolve um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção em longo prazo das espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais. (Lei Federal nº 9.985 / 2000.) A diversidade biológica tem forte relação com a sociobiodiversidade, com a diversidade de sociedades e de culturas e suas formas únicas de interação e interdependência com os elementos da biodiversidade. Os resultados da conservação e promoção do uso sustentável da biodiversidade são revertidos em benefícios econômicos, sociais e ambientais. (<a href="http://www.mma.gov.br">www.mma.gov.br</a>)</p>	<p>2 Objetivos específicos 2 Sub-dimensões 3 Critérios 6 sugestões de indicadores</p>

### BOX 1

Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade, Sachs (1993, In BARBOSA, 2008) a divide em cinco classificações: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política. **“Sustentabilidade ecológica** – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas. **Sustentabilidade ambiental** – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas. **Sustentabilidade social** – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população com redução das desigualdades sociais. Implica na adoção de políticas distributivas e na universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social. **Sustentabilidade política** – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. **Sustentabilidade econômica** – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica no aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa”.

**Quadro 1. Participação Social**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao ----- → indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
1. <b>Participação Social</b>	<b>As ações / processos educativos contribuem para:</b>  <b>1- Fomentar a criação de espaços de debate das realidades locais e o desenvolvimento de mecanismos de articulação social.</b>  <b>2- Fortalecer as práticas comunitárias sustentáveis e a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais. (ProNEA -Ministério do Meio Ambiente, 2005).</b>	Mobilização / organização	1. A ação educativa contribui para a organização/mobilização da população local.	1. Fomenta o surgimento ou o fortalecimento de grupos / coletivos organizados na localidade. (Nº de espaços criados e nº de espaços fortalecidos).  2. Agrega novos atores nos processos de gestão.	(Sugerido para Indicadores: 1, 2, 4, 5, 6 e 7)  (0 a 2):  0 = não ocorre;  1 = ocorre pouco;  2 = ocorre muito;  NS = não sei.  (Sugerido para Indicador: 3)  (0 a 3): 0 = informativo 3 = protagônico  (ver escada de participação, Box 2)
		Nível / alcance da participação	2. A ação educativa contribui para qualificar a participação social da população local na elaboração de planos / instrumentos de gestão da UC.	3. Incrementa o nível de participação social no planejamento e implementação de processos participativos nos espaços / instrumentos de gestão da UC.  4. A dinâmica de gestão da UC é alterada pelas intervenções dos grupos sociais afetados.  5. Contribui para a participação na gestão de forma coletiva e reconhecida pelos seus pares.	
		Controle social	3. A ação educativa contribui para incentivar a capacidade de intervenção dos diversos grupos sociais nos processos decisórios relativos à proteção, acesso a recursos ambientais e seu uso, bem como nos demais processos que afetam a sua qualidade de vida, fortalecendo a capacidade dos sujeitos de se organizar e participar ativamente da vida pública.	6. Contribui para que as instâncias existentes de gestão participativa (conselhos, comitês, câmara técnica, etc.), exerçam controle social sobre políticas públicas locais.  7. Contribui para qualificar a participação dos grupos envolvidos (jovens, mulheres, população tradicional) em outros espaços de controle social no território.	
		Outros espaços de participação nos territórios (legítimos/reconhecidos)	4. A ação educativa contribui para aumentar e qualificar a participação nos espaços de gestão territorial local.	8. Aumenta o nº / qualifica os espaços legítimos / reconhecidos de participação no território. (Conselhos, Fóruns, GTs, Câmaras Técnicas, Comitês, Comissões locais, etc.)	

## **BOX 2**

### **Escada de participação-cidadã de acordo Arnstein, S. R.:**

Uma tipologia de oito níveis de participação foi criada por Arnstein(2002) de forma a auxiliar na análise do nível de participação-cidadã que é percebido também como nível de poder cidadão. Para efeito ilustrativo, os oito tipos de participação estão dispostos em forma de uma escada, onde cada degrau corresponde ao nível de poder do cidadão em decidir sobre os resultados de um processo. São eles: 1. *Manipulação* e 2. *Terapia*. Esses dois degraus descrevem níveis de "não participação". Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos sujeitos que participam ouvir e serem ouvidos: 3. *Informação* e 4. *Consulta*. O degrau 5. *Pacificação* consiste simplesmente a um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos participantes aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. Subindo a escada estão níveis de poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os cidadãos podem participar de uma 6. *Parceria* que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, 7. *Delegação de poder* e 8. *Controle cidadão*, o cidadão que participa detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial. Para aprofundar o assunto acessar: <http://aeessp.org.br/escada.pdf> - *A Escada da Participação Cidadã*, Arnstein, S.R.

## Quadro 2. Sustentabilidade

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao -----> indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
2. Sustentabilidade	<p><b>As ações / processos educativos contribuem para:</b></p> <p><b>1- Propiciar a reflexão crítica das relações sobre o espaço local / regional / global, nas suas dimensões sociais, políticas e ecológicas, considerando o meio ambiente em sua totalidade e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural.</b></p> <p><b>2- Sensibilizar e mobilizar os sujeitos para o manejo ou uso mais sustentável dos recursos locais.</b></p> <p><b>3- Assegurar o acesso justo e equitativo às informações relevantes sobre o uso de recursos ambientais na perspectiva da justiça ambiental</b></p>	Interdependência das diferentes dimensões da sustentabilidade (ecológica, ambiental, social, política e econômica)	1. A ação educativa permite a reflexão crítica das relações que se dão no espaço local / regional / global, nas suas diferentes dimensões.	<p>9. A discussão sobre sustentabilidade inclui a compreensão sobre a importância da articulação entre diferentes esferas do estado.</p> <p>10. A discussão sobre sustentabilidade inclui a contínua reflexão sobre potencialidades, problemas e conflitos ambientais e suas causas considerando suas diferentes dimensões.</p>	<p>(0 a 2):</p> <p>0 = não ocorre;</p> <p>1 = ocorre pouco;</p> <p>2 = ocorre muito;</p> <p>NS = não sei.</p>
		Manejo e uso sustentável dos recursos naturais locais	2.O acesso e uso dos recursos locais / regionais / global estão na pauta do processo educativo assim como o fomento à participação ativa dos grupos sociais na melhoria do ambiente.	11. Sensibiliza, mobiliza, problematiza a realidade, constrói conhecimento, gera projetos de pesquisa e estimula tomada de atitudes individuais e ações coletivas no sentido da implementação de ações de conservação e uso sustentável do ambiente.	
		Redução das assimetrias (justiça ambiental)	3.A ação educativa favorece o acesso à informação relevante sobre a localização e fontes de riscos ambientais locais/regionais assim como sobre processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito.	<p>12. Reúne informações, em linguagem e meios acessíveis e disponibiliza-as promovendo discussões a cerca de temas relevantes do território: diferentes usos dos recursos naturais existentes, problemas e conflitos gerados, diferentes interesses envolvidos e os grupos organizados que participam desta discussão, etc.</p> <p>13. As informações disponibilizadas subsidiam a reflexão sobre as desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais locais / regionais.</p>	

### **BOX 3**

#### **Justiça Ambiental:**

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. Por justiça ambiental, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que: a) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, <http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077-manifesto-de-lancamento-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental/>)

### **BOX 4**

#### **Risco ambiental:**

São perigos prováveis e em certa medida previsíveis, decorrentes de atividades vinculadas à cadeia produtiva, cuja percepção está em função da posição social que cada grupo ou pessoa ocupa. A percepção técnica do risco ambiental tende a ser diferente da percepção dos grupos comunitários, o que, pensando em termos de educação ambiental, exige diálogo e capacidade de compreensão mútua para que seja determinado de modo o mais preciso possível. (LOUREIRO, 2012)

**Quadro 3. Sujeitos Prioritários da Ação Educativa**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao -----> indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
3. Sujeitos Prioritários da Ação Educativa	<p><b>As ações / processos educativos contribuem para:</b></p> <p><b>1- Envolver prioritariamente nessas ações sujeitos que se encontram em condições de subordinação e/ou de vulnerabilidade socioambiental, podendo o recorte ser a classe social e/ou outro atributo social que determina tal condição em contextos determinados: trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), população indígena, migrantes, populações tradicionais, mulheres, negros(as), favelados(as), etc.</b></p> <p><b>2- Preparar os sujeitos para intervirem de modo qualificado e autônomo na sua realidade de modo a transformá-la.</b></p> <p><b>3- Buscar a equidade de gênero e de grupos étnicos locais e fomentar a participação de juventudes, em condições de vulnerabilidade socioambiental, no desenvolvimento dos processos educativos.</b></p>	Grupos locais em condição de vulnerabilidade socioambiental.	1. A ação educativa prioriza os grupos sociais mais vulneráveis buscando a condição de igualdade na participação com os demais envolvidos.	14. Identifica e prioriza os grupos sociais mais vulneráveis socioambientalmente	- % “grupos sociais em condições de vulnerabilidade envolvidos
		Equidade de gênero e étnica, participação das juventudes e populações tradicionais.	2. A ação educativa busca contemplar a equidade de gênero e étnica e a participação das juventudes e populações tradicionais.	15. Mulheres, população tradicional e jovens participam das ações educativas	- % de mulheres envolvidas - % de jovens envolvidos - % de representantes de população tradicional envolvidos
		Protagonismo, autonomia dos sujeitos envolvidos.	3. A ação educativa contribui para o protagonismo e autonomia dos sujeitos envolvidos buscando transformar sua realidade	16. Os sujeitos da ação educativa apresentam postura protagonista, autônoma em suas comunidades.	(0 a 2): 0 = não ocorre; 1 = ocorre pouco; 2 = ocorre muito; NS = não sei.

## **BOX 5**

### **Vulnerabilidade socioambiental:**

Conceito construído para permitir a identificação e classificação de grupos: em maior dependência direta dos recursos naturais (industrializados ou não, bem como de seus rejeitos) para trabalhar e melhorar suas condições de vida; excluídos do acesso a outros bens públicos; e ausentes de participação em processos decisórios de políticas públicas que interferem na qualidade do local em que vivem. (LOUREIRO, 2012)

## **BOX 6**

### **Protagonismo / autonomia:**

Entende-se por postura protagonista aquela em que o sujeito: é assíduo, participa dos debates, dá sugestões, é capaz de formular e apresentar propostas, sua opinião é considerada pelo coletivo, traz demandas do grupo que representa. E por postura autônoma aquela em que o sujeito é capaz de estabelecer condições de escolha em que não haja tutela ou coerção (do Estado, partido, elites / grupos econômicos, político ou intelectual), é independente para conhecer e agir. (LOUREIRO, 2012 e QUINTAS, 2005)



**Quadro 4. Territorialidades e Identidades**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao -----> indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
4. Territorialidades e Identidades	<p><b>As ações / processos educativos contribuem para:</b></p> <p><b>1- Promover espaços pedagógicos voltados para o reconhecimento da diversidade e da pluralidade cultural, valorizando os conhecimentos e práticas locais e tradicionais de uso sustentável e fomentando a reflexão crítica sobre valores interiorizados e impostos por culturas hegemônicas, desvelando a identidade local.</b></p> <p><b>2- Fomentar o diálogo articulado entre os saberes locais/ tradicionais e o conhecimento científico.</b></p> <p><b>3- Compreender a interdependência entre identidades, saberes e territórios e suas transformações.</b></p>	Reconhecimento e valorização das diferentes territorialidades e identidades	<p>1. A ação educativa possibilita a identificação / expressão de práticas locais / tradicionais considerando as diferentes territorialidades</p> <p>2. A ação educativa fortalece a autoestima das comunidades locais a partir do reconhecimento de suas práticas e saberes</p>	<p>17. Promove a valorização de conhecimentos e práticas locais / tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais</p> <p>18. Valoriza a(s) história(s) dos grupos sociais participantes fortalecendo sua(s) identidade(s) e seus territórios</p>	<p>(0 a 2):</p> <p>0 = não ocorre;</p> <p>1 = ocorre pouco;</p> <p>2 = ocorre muito;</p> <p>NS = não sei.</p>
		Diálogo entre saberes	3. A ação educativa considera a legitimidade dos saberes locais / tradicionais e contribui para a construção de novos saberes a partir do diálogo articulado entre os diferentes saberes	19. Leva em conta o conhecimento local articulando saber local / tradicional e conhecimento científico.	

**BOX 7**

**Diálogo entre saberes**

A intimidade e a afetividade para com o ambiente natural, aliadas à observação e a experiência, traduz modos de vida que coexistem com o misticismo e com o imaginário, presentes na construção e na reconstrução dos saberes e dos processos de socialização de todo grupo social-cultural. Os grupos sociais tradicionais / locais têm seu dinamismo e tempos próprios; cabe a comunidade acadêmica aceitar a legitimidade dos saberes desses grupos e trabalhar com as possibilidades que a aceitação, seguida da dialogicidade, pode propiciar. (Mario Alberto dos Santos - O diálogo de saberes e as Culturas tradicionais: pesando sobre o manejo das unidades de conservação de uso sustentável - IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.)

**Quadro 5. Conservação da Biodiversidade**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao -----→ indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
5. Conservação da Biodiversidade	<p><b>As ações / processos educativos contribuem para:</b></p> <p><b>1- Formação de agentes públicos capazes de desenvolver estratégias sinérgicas de conservação nos territórios</b></p> <p><b>2- Qualificar a participação dos diferentes grupos sociais em sua capacidade de se organizar, planejar, pensar criticamente e de oferecer soluções próprias para seus problemas, riscos e/ou conflitos ambientais, bem como para a melhoria da qualidade de vida de todos.</b></p>	<p>Participação na construção e implementação de estratégias e instrumentos de gestão das áreas protegidas.</p>	<p>1. A ação educativa fortalece a participação dos atores envolvidos nas estratégias e instrumentos de gestão da UC, fortalecendo o alcance dos objetivos de conservação da biodiversidade no território.</p>	<p>20. As estratégias e instrumentos de gestão da UC (regimento interno, plano de manejo, plano de proteção, plano de uso dos recursos, etc.) subsidiam o processo educativo.</p> <p>21. A ação educativa qualifica o processo participativo na elaboração e implementação dos instrumentos de gestão</p>	<p>(0 a 2):</p> <p>0 = não ocorre;</p> <p>1 = ocorre pouco;</p> <p>2 = ocorre muito;</p> <p>NS = não sei.</p>
		<p>Responsabilidade e protagonismo local na conservação dos recursos naturais, sociais e culturais.</p>	<p>2. A ação educativa promove atividades integradas de educação ambiental que colocam em pauta os principais desafios, ameaças e potencialidades para a conservação dos recursos naturais locais /regionais, incentivando a busca coletiva de soluções para os problemas / conflitos, bem como de propostas estimuladoras das potencialidades ambientais.</p>	<p>22. Promove a reflexão em grupo de problemas, conflitos ou potencialidades ambientais no contexto local, buscando a mobilização e o encaminhamento de propostas.</p>	

			<p>3. A ação educativa promove discussões e fomenta práticas sustentáveis no interior e/ou entorno das UCs.</p>	<p>23. Promove práticas que dialogam com o saber local /tradicional.</p> <p>24. Contribui para a melhoria das condições de vida e para a conservação da biodiversidade</p> <p>25. Agrega valor à produção local.</p>	
--	--	--	---	--	--

## BOX 8

### Problema ambiental:

Caracteriza-se quando há risco e/ou dano socioambiental decorrente de determinado uso, podendo haver diferentes tipos de reação face a ele por parte dos atingidos, de outros agentes da sociedade civil e do estado.

### Conflito ambiental:

Um conflito se configura quando dois ou mais agentes sociais possuem necessidades e interesses antagônicos e divergentes, caracterizados nos processos de uso dos recursos e na gestão (sustentável ou não) do ambiente, acarretando em um posicionamento público pelos envolvidos.

### Potencialidade ambiental:

Conjunto de atributos de um ecossistema (recursos ambientais) passíveis de uso sustentável por grupos sociais. São considerados também os desdobramentos decorrentes de impactos positivos provocados pelos usos desses recursos.

(LOUREIRO, 2012)

## DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação de um sistema de monitoramento e avaliação que se proponha a analisar e medir a contribuição da educação ambiental na gestão pública da biodiversidade e se os processos educativos colaboram de fato para as transformações socioambientais dos territórios específicos, especialmente no que se refere à inclusão dos grupos em condição de maior vulnerabilidade social nos processos decisórios relativos à gestão da biodiversidade local, é a tarefa ousada e desafiadora que nos propusemos.

Com certeza a estratégia apresentada abre o diálogo sobre possibilidades, apresenta um instrumental teórico metodológico que tem o propósito de provocar os gestores e educadores a penetrarem nesse caminho. No entanto, no decorrer de sua aplicação será necessário incluir estratégias avaliativas complementares, assim como o uso de outros indicadores (de cunho mais qualitativos e/ou quantitativos) para além dos previstos, de forma a atender e se adequar às necessidades reais dos territórios abrangidos por cada UC.

A testagem da estratégia é condição para o seu aprimoramento permanente. Sua aplicação permitirá a análise crítica do ponto de vista metodológico e a inclusão de ajustes para seu uso em avaliações mais realísticas. Os grupos sociais que forem sendo envolvidos na testagem podem também contribuir nessa análise, aportando uma diversidade de olhares sobre aspectos prioritários da gestão da biodiversidade que se deseja medir.

Destacamos a importância de se internalizar institucionalmente os processos de monitoramento e avaliação, considerando as definições acordadas nesse processo enquanto prioridades institucionais.

Para finalizar, assinalamos os processos de monitoramento e avaliação como um potente espaço privilegiado de participação no processo de gestão. Eles podem propiciar a incidência dos sujeitos da ação educativa na gestão das unidades de conservação, caso sejam efetivamente envolvidos nesse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNSTEIN, S.R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Relatório síntese: **Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**, RJ, 2001.
- HERMAN, G. COSTA, C. **Gestão Integrada de Áreas Protegidas: uma análise da efetividade de mosaicos**, WWF-Brasil, Brasília, 2015.
- LOUREIRO, C.F.B., Azaziel, M., Franca, N. – **Educação Ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**, Ibase, Instituto TerrAzul, Parque Nacional da Tijuca, RJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**, – Coleção questões da nossa época; v. 39. Cortez, SP, 2012.
- MARINELLI, C. E. - **De olho nas unidades de conservação: Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira**, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2011.
- MATTOS, L.M.A. e LOUREIRO, C.F.B. – **Avaliação em educação ambiental: estudo de caso de um projeto em contexto de licenciamento**, Pesquisa em Educação Ambiental, vol.6, nº 2 – p. 33-43, 2011.
- MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, nº 5, Jan–Jun/2013, Brasília, DF, 2014.
- MMA/ICMBio – **Materiais educativos da série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação**, cadernos nº 1, 2, 3 e 5, Brasília, DF, 2015.
- MMA/ICMBio, WWF-Brasil – **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade**. Brasília, DF, WWF-Brasil, 2016.
- POCHO, C. - **Avaliação de programas governamentais de educação ambiental: um caso de empresa estatal da área de energia**. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Coppe/UFRJ, 2011.
- QUINTAS J.S. - **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico**, DF, Brasília 2008. Disponível em:  
[http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacaoambiental/educacao\\_no\\_processo\\_de\\_gestao\\_ambiental\\_publica.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacaoambiental/educacao_no_processo_de_gestao_ambiental_publica.pdf)
- \_\_\_\_\_. - **Introdução à gestão ambiental pública**, Brasília, IBAMA, 2005.

\_\_\_\_\_ (Org.) – **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**, Brasília, IBAMA, 2002.

\_\_\_\_\_ e GUALDA, M.J. A – **A Formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. IBAMA, Série Meio Ambiente em Debate I – Brasília, 1995.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993, In BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável, Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins**. Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001 In SAQUET, Marcos, BRISKIEVICZ, Michele, Grupo de Estudos Territoriais – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). *A Identidade como patrimônio no desenvolvimento territorial*, CNPQ, e Fundação Araucária (Edital Jovens Pesquisadores), 2006.